

Prefeitura Municipal de Tamandaré
Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante
 Dezembro(31/12/2025)

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMANDARÉ

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS NOTA 01							
EXERCÍCIO 2021	31.583,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.583,72
EXERCÍCIO 2022	84.533,62	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	34.533,62
EXERCÍCIO 2023	148.413,64	0,00	10.522,56	0,00	0,00	0,00	137.891,08
EXERCÍCIO 2024	1.761.377,67	0,00	1.447.497,79	85.066,57	0,00	0,00	228.813,31
EXERCÍCIO 2025	0,00	1.229.288,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.229.288,47
Sub-total	2.025.908,65	1.229.288,47	1.508.020,35	85.066,57	0,00	0,00	1.662.110,20
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES NOTA 02							
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	1.518.540,87	1.614.590,98	1.385.290,99	0,00	0,00	0,00	1.747.840,86
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	1.135.074,29	497.244,50	1.632.318,79	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	442.986,03	327.235,82	770.221,85	0,00	0,00	0,00	0,00
PENSAO ALIMENTICIA	1.742,00	10.209,43	11.209,76	0,00	0,00	0,00	741,67
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	14,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,12
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	52.994,74	488.425,24	475.470,37	0,00	0,00	0,00	65.949,61
OUTROS CONSIGNATARIOS	7.674,69	59.173,03	57.004,74	0,00	0,00	0,00	9.842,98
DEPOSITOS PARA RECURSOS JUDICIAIS	0,00	3.966,27	3.286,68	0,00	0,00	0,00	679,59
DEPOSITOS E CAUÇÕES	132.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.300,00
Sub-total	3.291.326,74	3.000.845,27	4.334.803,18	0,00	0,00	0,00	1.957.368,83
T O T A L NOTA 03	5.317.235,39	4.230.133,74	5.842.823,53	85.066,57	0,00	0,00	3.619.479,03

 JOSAFÁ DE FRANÇA VERCOSA
 SECRETÁRIO

 ISAIAS HONORATO DA SILVA MARQUES
 PREFEITO

 MÔNICA BRUNA SANTOS SILVA
 CONTADORA



NOTAS EXPLICATIVAS DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMANDARÉ

IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA

A Prefeitura Municipal de Tamandaré é uma pessoa jurídica de direito público interno, representando a Entidade máxima de administração pública no Município, sendo a sede do Poder Executivo, tendo autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira.

Criado oficialmente como Município por força de Lei Estadual, a Prefeitura Municipal surgiu inscrita sobre o CNPJ 01.596.018/0001-60, estando atualmente localizada na Avenida Jose Bezerra, s/n, centro de Tamandaré, representando Entidade máxima na administração pública no referido Município, sendo a sede do Poder Executivo.

Atualmente, segundo dados do IBGE de 2022, o Município da Tamandaré conta com 23.561 habitantes. Neste cenário a Prefeitura Municipal é responsável por legislar sobre os assuntos de interesse local, suplementando a legislação Federal e Estadual no que couber, além de instituir e arrecadar os tributos de sua competência.

Mais importante que a função reguladora e disciplinadora em nosso Município, a Prefeitura Municipal tem a função de criar o bem-estar da população, oferecendo a todos sem distinção o acesso a serviços públicos de educação, saúde, assistência social, cultura, cuidar e proteger a infraestrutura arquitetônica e ambiental do município, mediante ao ordenamento e planejamento territorial.

A estrutura administrativa e operacional da prefeitura é composta por um quadro de servidores, contratados por meio de concursos públicos, processos seletivos e nomeação direta, estes das mais variadas áreas de formação profissional.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <https://transparencia.tamandare.pe.gov.br/app/pe/tamandare/1>.

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretrizes Contábeis - O Balanço Geral do Fundo Municipal de Saúde de Tamandaré integra a Prestação de Contas Anual do Prefeito Municipal de Tamandaré e refere-se às ações governamentais executadas pelo Fundo de Saúde, integrante do Orçamento da Seguridade Social.

No ano de 2008, foi publicada a Portaria do Ministério da Fazenda nº 184, de 25 de agosto de 2008, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no Setor Público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir dessa portaria, a Secretaria do Tesouro Nacional começou a introduzir mudanças na contabilidade pública no sentido de promover, de forma gradual, a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade publicadas pela *International Federation of Accountants* – IFAC, instruções e Plano de Contas do Sistema de Auditoria Eletrônica do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e às Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, respeitados os aspectos formais e conceituais estabelecidos na legislação vigente.

As demonstrações que compõem o Balanço Geral do Município, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/64, que estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal; da Lei Complementar nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal;

Da lei nº 705/2024 de 02/12/2024, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o ano de 2022/2025.

Lei nº 691/2024 de 29/08/2024, que dispõe sobre as Lei das Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2025.

Lei nº 706/2024 de 02/12/2024, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual de Tamandaré para o exercício de 2025.

Do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) e outras normas que regulam o assunto.

Para a contabilização da execução dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foram utilizados os critérios constantes do art. 35 da Lei n.º 4.320/64.

Para divulgação de informações a sociedade se utiliza do portal <https://transparencia.tamandare.pe.gov.br/app/pe/tamandare/1>.

A contabilização do exercício de 2025 foi feita no Sistema de Contabilidade Pública Integrada – SCPI em todos os órgãos. Consideram o exercício econômico o ano-calendário, e todos atendem as normas e legislações em vigor. As demonstrações contábeis e suas respectivas notas explicativas estão apresentadas com valores expressos em reais.

O Balanço de Gestão do Município, referente ao exercício financeiro de 2025 está composto pelas seguintes demonstrações: Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, pela Demonstração das Variações Patrimoniais, Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstrativo dos Fluxos de Caixa, exigidos pela Lei nº 4.320/64 e complementado por Notas Explicativas.

RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, estendido pelo Plano de Contas Contábil do TCE/PE.

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

1. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERENCIAS CRUZADAS:

ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PARTE V DO MCAPS E NBC 16.6) AJUSTADO AO ICC DO TCE-PE:

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, em especial as seguintes regras: a) O somatório dos pagamentos e cancelamentos de restos a pagar processados e não processados constantes nos demonstrativos de execução dos restos a pagar não processados e restos a pagar processados (BO) confere com o somatório de restos a pagar, coluna Baixa (pagamento e cancelamento), no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores, cujo pagamento ou cancelamento tenha ocorrido no exercício (RCRPPNPPC). b) O somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante no Balanço Financeiro (BF) confere com o somatório das inscrições de restos a pagar processados e não processados constante da coluna Inscrição de Restos a Pagar no Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos no exercício (RCRPPNPIE). c) Há consistência no somatório das colunas Inscritos do Demonstrativo da Execução dos Restos a Pagar Não Processados e do Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados e do Balanço Orçamentário (BO) em relação ao Saldo Anterior (Subtotal) dos restos a Pagar do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) – Equação: $((\sum IRPNP + \sum IRPP) (BO)) = \sum (\text{Saldo Anterior RP} (DDF))$ e na Relação de consolidada de restos a pagar processados e não processados inscritos em exercícios anteriores (RCRPPNPIEA). Balanço Orçamentário (BO) e da Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados do Balanço Financeiro (BF) em relação ao Saldo Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF) e ao Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial (BP) – Equação: $(\sum \text{Passivo [F]} (BP) + \sum IRPNP - \sum (RNPL + RPNC) (BO) + \sum \text{Saldo IRPNP} (BF)) = \sum (SES (DDF))$. d) Os Saldos dos Passivos Financeiros Anterior e Atual constantes no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes do Balanço Patrimonial (BP) conferem com os Saldos Anterior e Para o Exercício Seguinte (Total Geral) do Demonstrativo da Dívida Flutuante (DDF). e) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar não processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a Pagar Não Processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e no Saldo Anterior dos Restos a Pagar Não Processados do Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Não Processados do Ano Anterior. f) O Saldo dos Restos a pagar constante no Quadro de Execução de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário do Ano Anterior (BOA) confere com o saldo inscrito em exercícios anteriores constante no Quadro de Restos a pagar processados do Balanço Orçamentário Atual (BO) e com o Saldo Anterior dos Restos a pagar processados do

Demonstrativo da Dívida Flutuante atual (DDF), exceto as inscrições em Restos a Pagar Processados do Ano anterior.

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMANDARÉ
DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INDIVIDUAL DA ENTIDADE EXERCÍCIO DE 2025.

Exercício de 2025

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante
Dezembro(31/12/2025)

Página 1

ISOLADO:1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMANDARÉ

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO					SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA		TRANSF. RP NAO PROC. LIQ		
			PAGTO	CANC.	INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS <i>NOTA 01</i>							
EXERCÍCIO 2021	31.583,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.583,72
EXERCÍCIO 2022	84.533,62	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	34.533,62
EXERCÍCIO 2023	148.413,64	0,00	10.522,56	0,00	0,00	0,00	137.891,08
EXERCÍCIO 2024	1.761.377,67	0,00	1.447.497,79	85.066,57	0,00	0,00	228.813,31
EXERCÍCIO 2025	0,00	1.229.288,47	0,00	0,00	0,00	0,00	1.229.288,47
Sub-total	2.025.908,65	1.229.288,47	1.508.020,35	85.066,57	0,00	0,00	1.662.110,20
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES <i>NOTA 02</i>							
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	1.518.540,87	1.614.590,98	1.385.290,99	0,00	0,00	0,00	1.747.840,86
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	1.135.074,29	497.244,50	1.632.318,79	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS	442.986,03	327.235,82	770.221,85	0,00	0,00	0,00	0,00
PENSAO ALIMENTICIA	1.742,00	10.209,43	11.209,76	0,00	0,00	0,00	741,67
RETENÇÕES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	14,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	14,12
RETENÇÕES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	52.994,74	488.425,24	475.470,37	0,00	0,00	0,00	65.949,61
OUTROS CONSIGNATARIOS	7.674,69	59.173,03	57.004,74	0,00	0,00	0,00	9.842,98
DEPOSITOS PARA RECURSOS JUDICIAIS	0,00	3.966,27	3.286,68	0,00	0,00	0,00	679,59
DEPOSITOS E CAUÇÕES	132.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.300,00
Sub-total	3.291.326,74	3.000.845,27	4.334.803,18	0,00	0,00	0,00	1.957.368,83
TOTAL <i>NOTA 03</i>	5.317.235,39	4.230.133,74	5.842.823,53	85.066,57	0,00	0,00	3.619.479,03

Nota 1) RESTOS A PAGAR: O saldo anterior dos restos a pagar foi de R\$ 2.025.908,65. Houve inscrição no total de R\$ 1.229.288,47, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 1.508.020,35 e cancelamento no valor de R\$ 85.066,57. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, foi inscrito no exercício o valor de 0,00 e baixa de 0,00, restando um saldo para o exercício seguinte no valor de R\$ 1.662.110,20.

Nota 2) DEPÓSITOS: O saldo anterior dos depósitos foi de R\$ 3.291.326,74. Houve inscrição no total de R\$ 3.000.845,27, pagamentos (baixa) no valor de R\$ 4.334.803,18 e cancelamento no valor de R\$ 0,00. Desta forma, o saldo final para o exercício seguinte foi de R\$ 1.957.368,83.

Nota 03) Total da Dívida Flutuante: Houve decréscimo da dívida flutuante entre os exercícios de 2024 e 2025 na ordem de R\$ 1.697.756,36, uma vez que o saldo anterior foi de R\$ 5.317.235,39, as inscrições totais do ano foram de R\$ 4.230.133,74, os pagamentos (baixas) no valor de R\$ 5.842.823,53 e cancelamentos no valor de R\$ 85.066,57. Quanto a transferência de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores para liquidação ou liquidado, houve inscrição no valor de 0,00 e baixa no valor de 0,00. O saldo para o exercício seguinte foi de R\$ 3.619,479,03.

Documento Assinado Digitalmente por: MONICA BRUNA SANTOS SILVA, ISAIAS HONORATO DA SILVA MARQUES
Acesse em: <https://eccc.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 122da238-6cdc-419b-ab60-b98d14594248

DESCRIÇÃO DOS ITENS MAIS RELEVANTES DOS DEPÓSITOS:

Relevância	Descrição da Natureza da Conta	R\$ (Exercício de 2024)	R\$ (Exercício de 2025)
1°	CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	1.518.540,87	1.747.840,86
2°	IRRF	1.135.074,29	0,00
3°	ISS	442.986,03	0,00
4°	PENSÃO ALIMENTÍCIA	1.742,00	741,67
5°	ENT. REPRESENTATIVAS DE CLASSES	14,12	14,12
6°	EMPRÉSTIMOS E FINANC.	52.994,74	65.949,61
7°	OUTROS CONSIGNATÁRIOS	7.674,69	9.842,98
8°	DEPÓSITOS RECURSOS JUDICIAIS	0,00	679,59
9°	DEPÓSITOS E CAUÇÕES	132.300,00	132.300,00

EVENTUAIS AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES E OUTRAS OPERAÇÕES:

As retenções são consideradas como efetivadas no momento da liquidação, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS:

Não se aplica a este demonstrativo.

DIVULGAÇÕES NÃO FINANCEIRAS:

Não se aplica neste demonstrativo.

RECONHECIMENTO DE INCONFORMIDADES QUE PODEM AFETAR A COMPREENSÃO DO USUÁRIO SOBRE O DESEMPENHO E O DIRECIONAMENTO DAS OPERAÇÕES DA ENTIDADE NO FUTURO:

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

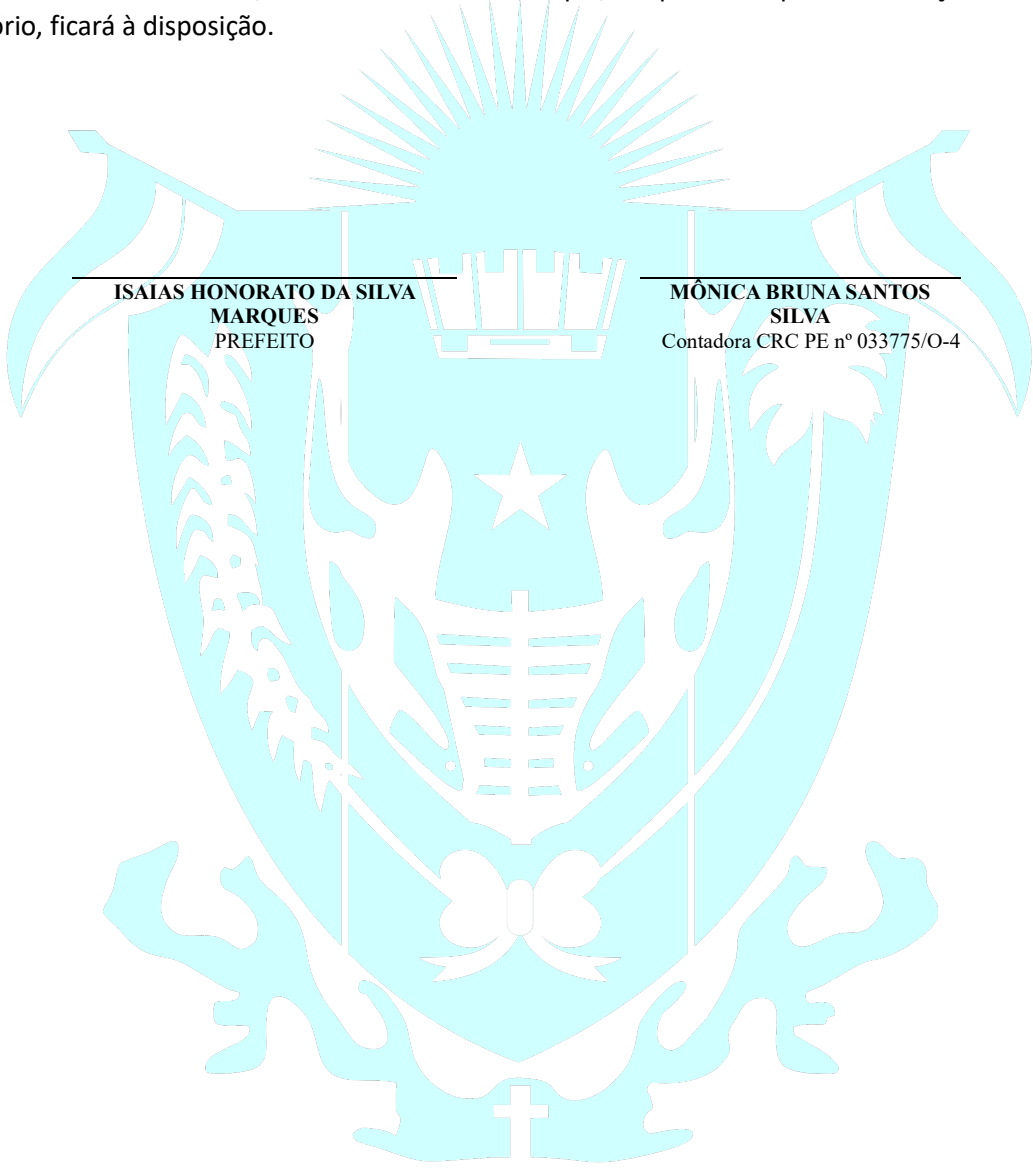
AJUSTES DECORRENTES DA OMISSÃO E ERROS DE REGISTROS:

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.



DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente relatório buscou retratar com clareza e objetividade as informações apresentadas nas demonstrações contábeis, bem como seus resultados do período de janeiro a dezembro de 2025, buscando o máximo de transparência aos usuários das informações. E para qualquer outro esclarecimento necessário, a controladoria municipal, responsável pela elaboração do presente relatório, ficará à disposição.



ISAIAS HONORATO DA SILVA
MARQUES
PREFEITO

MÔNICA BRUNA SANTOS
SILVA
Contadora CRC PE nº 033775/O-4

